

PSICANÁLISE E INCLUSÃO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ATUAIS DISCURSOS E DA EQUAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Cecilia Maria Girão Gomes¹

Maria Celina Peixoto Lima²

Resumo:

O objetivo deste trabalho é fazer uma leitura crítica da educação inclusiva por meio de seus discursos contemporâneos. Este trabalho se construiu através de uma pesquisa teórica-bibliográfica, que caracterizou os atuais discursos da inclusão escolar; investigou a respeito da relação entre estes discursos e o discurso biomédico; e discutiu acerca das mudanças ocorridas no laço social contemporâneo e seus efeitos na equação família e escola.

As discussões em torno da inclusão escolar tratam de “um campo repleto de paradoxos e impasses difíceis de manejar” (VOLTOLINI, 2005, p.150). Assim, cabem reflexões, ponderações e questionamentos sobre as diferentes posições defendidas acerca dos discursos advindos da *educação para todos*.

Para isso, este trabalho se construiu através de uma pesquisa teórica-bibliográfica, que, de início, investiga as articulações teóricas acerca da suposta relação entre os discursos da educação inclusiva e o discurso biomédico. E, por fim, apresenta uma possibilidade de leitura da educação inclusiva, à luz da teoria psicanalítica, na medida em que a psicanálise pode ser um importante operador de análise dos discursos.

Os discursos da educação e os discursos biomédicos: uma suposta relação?

A partir da crise do hospital psiquiátrico, conforme Deleuze (1992), surgiram “a setorização, os hospitais-dia, o atendimento a domicílio [que] puderam marcar de início novas

¹ Mestranda em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

² Doutora em Psicologia pela Université Paris 13, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Coordenadora do Laboratório de Estudos e Intervenções Psicanalíticas na Clínica e no Social (LEIPCS)

liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizavam com os mais duros confinamentos” (p.220).

Segundo Coutinho e Aversa (2005), os movimentos de inclusão escolar surgiram como uma extensão do movimento antimanicomial que, “se para os adultos representou a queda dos muros dos hospitais e o esforço de circulação social, para as crianças representou a possibilidade de escolarização regular” (p.36). A idéia de inclusão foi entendida como a “chegada da hora de abrir os portões de uma instituição segregatória” (VOLTOLINI, 2005, p.150).

A partir dessas colocações, passamos a nos perguntar que relação pode existir entre os discursos da educação e os discursos da medicina, mais especificamente os discursos da educação inclusiva e os discursos da psiquiatria. E, com base na citação de Deleuze (1992), questionamo-nos, ainda, sobre o que dizer das atuais instituições educacionais e que mecanismos de controle elas teriam.

Então, a partir desses questionamentos achamos pertinente definirmos o discurso da ciência, bem como seus desdobramentos para, assim, tentarmos uma articulação teórica entre o discurso médico e o discurso da educação.

A modificação nas grandes narrativas de legitimação, característica da época pós-moderna segundo Dufour (2005), e o desenvolvimento da ciência, para Lebrun (2004), abalou o lugar da autoridade religiosa e produziu um novo laço social.

[...] o laço social induzido pelo desenvolvimento da ciência promoverá uma organização pluricêntrica e horizontal do campo social. A igreja não mais será a única a indicar o centro da cidade, as butiques de saber serão múltiplas e equivalentes entre si. (LEBRUN, 2004, p.54)

O papel da Ciência é importante por tudo que ela passou a representar no contexto capitalista. O discurso da ciência, certamente, inaugurou uma diferente “visão de mundo” para o homem; entretanto, esse discurso não é recente, mas seu reconhecimento enquanto discurso dominante se deu quando a tecnociência tornou o homem tributário de suas descobertas, havendo uma forte e nova dependência da tecnologia. Vale ressaltar que convivemos com os efeitos dessas modificações, assim como, os desdobramentos da ciência, tais como: os discursos da política, da educação, da saúde, da justiça, etc.

Foucault (2011), em seu estudo sobre o nascimento da medicina social, afirma que a medicina moderna é, especialmente, uma prática social e tem como pano de fundo uma certa tecnologia do corpo social. Para sustentar essa posição, o autor defende que o capitalismo

socializou o corpo enquanto força de trabalho. Assim, o controle que se opera sobre os indivíduos não se dá “simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (FOUCAULT, 2011, p.80), pois a sociedade capitalista aposta, prioritariamente, no biológico. Segundo Foucault (2011), “O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (p.80).

O autor denomina, portanto, de biopoder uma forma de poder que atua diretamente sobre o corpo dos sujeitos; ao invés de ser uma vigilância direta, acontece de maneiras discretas e sutis que cercam o sujeito constantemente. O biopoder é um poder que aparece não mais sob a forma de uma “ameaça” de morte, contra a vida; mas, ao contrário, se dá através de um oferecimento de melhoramento da vida, um cuidado para com a vida, com os corpos. Desse modo, o biopoder sustenta e alimenta a discursividade médica. (FOUCAULT, 2008; 2011).

Assim, o discurso médico se apresenta como possuidor de um saber científico que sabe sobre o corpo e que, por isso, é permitido a ele se apropriar e intervir no corpo do sujeito, prometendo uma vida melhor. Além disso, os avanços da biotecnologia têm promovido cada vez mais diversas formas de invasão do corpo, aliado a esse contexto o saber médico ganha força como fazer que cuida, tal como a proposta constante de uma qualidade de vida. (SOUZA, 2009)

Em suas colocações acerca do poder disciplinar, Foucault (2008) destaca os seguintes instrumentos, correspondentes a esse tipo de poder, que estão presentes inclusive nas escolas: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora, e o procedimento do exame. Destaca-se, conforme Veiga-Neto (2011), que a partir das teorizações foucaultianas, foi possível “compreender a escola como uma eficiente dobradiça capaz de articular os poderes que aí circulam com os saberes que a enformam e aí ensinam, sejam eles pedagógicos ou não” (p.15).

Portanto, não é incomum identificar tendências diferentes e, às vezes, contrapostas em termos conceituais, políticos e ideológicos no campo da educação, principalmente o que diz respeito à inclusão. Segundo Laplane, (2007), as políticas educacionais e os modos de funcionamento da educação reverberam tendências que são geradas fora do sistema e que afetam diversas instituições sociais. A educação é uma entre várias práticas sociais institucionalizadas. Ela reflete as contradições presentes na sociedade, o jogo de forças, as relações de poder, o confronto de tendências e interesses, etc.

A respeito dessa relação entre educação e política, Nabuco (2010) desenvolve o enunciado “política é educação” para analisar as contradições das políticas educativas,

portadoras de um discurso que revela uma idealização, evidenciando o que a sociedade espera de seus membros. Essa expectativa idealizada responde a partir de um modelo de massificação, em que todos os alunos são submetidos para que se pareçam (NABUCO, 2010; FOUCAULT, 2008). Aqui, o Estado assume a função de regular as diferenças entre os sujeitos. “A armadilha nesse processo de regulação é visar à categorização arbitrária do que é singular, particular e subjetivo de cada ser humano, tenha ele de forma mais acentuada ou não necessidades educativas especiais” (NABUCO, 2010, p.70). Na lógica desse discurso, para Nabuco (2010), o enunciado “política é educação” é reducionista, diferentemente do enunciado “educação é política”.

No que diz respeito aos efeitos do Capitalismo para as questões da educação, Voltolini (2007) coloca que a educação se desenvolveu em uma atividade eminentemente política, uma vez que é por meio dela que se planeja e se prepara os indivíduos que cada sociedade precisa para perpetuar seu status-quo. Para Foucault (2008), os alunos são separados com base em suas aptidões e comportamentos e que isso não é por acaso, pois se justifica no uso que se poderá fazer dos alunos, quando saírem da escola.

No universo escolar, para Voltolini (2007), a pedagogia parece se tornar um legítimo saber científico e, assim, encontrar sua garantia de vida. Para além de fornecer um conhecimento metodológico ao trabalho do professor, a entrada do pedagógico na escola operou uma mudança do valor dos conteúdos específicos de cada disciplina (sua lógica interna, seu peso histórico, seus impasses, suas tensões) para seguir as indicações de uma metodologia adequada ao desenvolvimento do aluno. Passou-se a propor como objetivo da educação o desenvolvimento das potencialidades no lugar do paradigma anterior que era a transmissão de um legado cultural. Assim, conforme Lebrun (2004), há um rompimento com o lugar de enunciação, neste caso, fundante de cada disciplina, para transformar tudo em enunciados.

Voltolini (2007) aposta que a hegemonia da discussão metodológica da pedagogia pode ser um segmento do paradigma da técnica, típico da tecnociência. A pedagogia toma as características desse paradigma, tais como: a generalização, o apagamento das especificidades, a uniformização; e “passa a ser o pedagógico, entendido como atributo geral do trabalho educativo”, conforme o autor.

Seja na Educação contemporânea, pela hegemonia dada à discussão metodológica neste campo, seja no campo das várias terapêuticas que tentam se propor como alternativas ao sofrimento humano, para qualquer segmento do tecido social, [...] não podemos mais pensar sem considerar o que a ciência tem a dizer sobre o assunto. Principalmente pelo seu empenho em dar uma imagem de respeitabilidade e

discernimento a um conhecimento constituído que sempre está, por sua vez, de algum modo ligado ao impulso dos indivíduos a um consumo do que lhes fará bem. (VOLTOLINI, 2007, p.199)

Desse modo, conforme Nabuco (2010), a ciência frequentemente procura dar respostas ao mal-estar na cultura, inclusive por meio das novidades do seu progresso, por exemplo, a difusão da psicofarmacologia e das técnicas de controle do comportamento. A autora afirma que a partir dos “novos sintomas contemporâneos e as falsas respostas que aprisionam o sujeito em uma ilusão de “bem-estar”, e considerando ainda aquelas que não respondem as equações dos problemas para os quais se tenta encontrar uma solução” (NABUCO, 2010, p. 64), é importante que a educação se cure da “psicopatologia da inclusão”. Para Nabuco (2010), a psicopatologia da inclusão diz respeito à sistematização e categorização de comportamentos observáveis e a noção de transtorno global e ou funcional, deficiência e déficit que os acompanha.

Assim, tomando a promessa da ciência de que com ela qualquer seguimento do tecido social anda melhor, o discurso médico se utiliza desse voto de forma bem efetiva, através do ideal de que todos devem buscar a qualidade de vida e o bem-estar, oferecendo-se, inclusive, como o saber que cuida. Observa-se que o discurso da educação, que antes era norteador por ideais culturais, passa a ser organizado pelas promessas do discurso médico contemporâneo de qualidade de vida e de bem-estar. Parece, portanto, que a inclusão escolar se torna um bom exemplo disso na medida em que se defende que a escola é para todos e que é melhor para todos ser incluídos, apostando na generalização e negando a diversidade e o desejo de cada sujeito.

A inclusão escolar e a exclusão do sujeito

Em diversos momentos da história, o discurso educacional tem se caracterizado por difundir ideologia, camuflando e mistificando a realidade. Segundo Voltolini (2005), talvez sobre essa camuflagem os psicanalistas tenham algo a dizer já que, baseados nos pressupostos freudianos, sabem que o sacrifício do apagamento da realidade custa mais do que o enfrentamento dela. Vale ressaltar que Freud, citado por Voltolini (2005), não defendia a verdade por adesão a uma posição moral; pois, ao contrário, “constatar as limitações, reconhecer os maus sentimentos, admitir a precariedade de nossos recursos diante de algumas situações, quando elas realmente existem, é mesmo uma alternativa produtiva em contraposição a outra, defensiva e, em geral, imobilizante” (p.152).

Seguindo essa alternativa freudiana, Voltolini (2005) aponta para um gozo específico que toma os portadores de deficiências numa posição de serem protegidos de um mundo segregador.

Além do mais, nossa sociedade gosta de mostrá-los protagonizando espetáculos de superação das limitações. O autor acrescenta que se olharmos para as razões disso por outro ângulo (o do sintoma social), as pessoas portadoras de deficiência não estão tão excluídas assim, já que ocupam um lugar na economia de gozo da cidade. No entanto, para ele, esse modo ampliado de ver a questão é normalmente esquecido pela abordagem político-partidária, que compreende a inclusão como um *para todos*. Além disso, os movimentos pró-inclusão têm também como objetivo “quitar o que estiver em débito, ir até o fim, fazer-se todo” (VOLTOLINI, 2005, p.154).

Assim, a partir de um viés mais complexo sobre a discussão acerca da inclusão, Voltolini (2005) propõe considerarmos que a inclusão não se restringe à questão dos direitos e do acesso aos bens da cidade, isto é, essa questão é *não-toda* a inclusão, tendo esta “um lado terminável e outro interminável” (VOLTOLINI, 2005, p.155). Ou seja, para o autor, a inclusão tem um resto do qual não se pode escapar.

Também, Kupfer (2005) faz algumas críticas e apresenta reflexões acerca da defesa da inclusão incondicional de todos os alunos nas escolas, sejam eles pobres ou “especiais”. Para a autora há dois problemas nessa defesa incondicional, tais quais: a confusão que se instala quando aparece, ao lado da defesa da igualdade, a igualdade vigorosa da defesa das diferenças entre as crianças; e o caráter absoluto com que se defende a inclusão, quando se afirma que ela precisa ser feita a qualquer custo.

Para sustentar esses problemas apontados, Kupfer (2005) ressalta o modo específico de pensar a igualdade na psicanálise: a igualdade na lei simbólica, na estrutura geral, pode fazer surgir a diferença ou a singularidade. E completa que todas as crianças deverão ir para a escola, na qual deverão ser tratadas como iguais, para que a partir disso possam aparecer as diferenças. Não, porém, as diferenças de cor, de visão, de audição ou de inteligência; mas sim as subjetivas, pois são as “diferenças subjetivas na apreensão do mundo [...] que permitem o surgimento de seus estilos e, portanto, do novo. Um novo singular que poderá retornar ao social para revigorá-lo” (KUPFER, 2005, p.23).

Além disso, a autora afirma que a inclusão não é para todos, colocando que só o estudo de cada caso dirá para quem a escola será produtiva. “Certamente, será para a grande maioria das crianças, especiais ou não, mas, repetindo, não para todas” (KUPFER, 2005, p.24).

Para tentar fazer um fechamento das questões aqui levantadas, retomamos a idéia de que a educação sempre foi acompanhada de ideais e ideologias e que, atualmente, isso não é diferente; pois, nota-se que hoje a ideologia da educação parece ser a do discurso médico, sendo a inclusão escolar, também, um desdobramento do discurso da saúde mental. Se antes estava claro que um dos papéis sociais da família era o de preparar o acesso da criança à sociedade de que fazia parte, ou seja, fazer uma articulação com o social; hoje, cabe somente à escola o exercício dessa função, especialmente nos casos de inclusão escolar, onde a família está ainda mais destituída desse lugar de saber. Os especialistas, tais como médicos e educadores, sabem mais da educação dos filhos do que os próprios pais, cujo saber inconsciente não é valorizado.

Vale ainda ressaltar a reflexão feita por Voltolini (2005) que cita que o movimento antimanicomial da saúde mental, no começo, moveu-se pelo entusiasmo do abrir os portões dos manicômios para só em seguida perceber a dificuldade de dialetizar as contradições sociais conseqüentes. Desse modo, é necessário também se dar conta dessa dificuldade no que diz respeito ao discurso da inclusão escolar que aposta na capacidade de absorção de todos os alunos pelo sistema regular.

Apresenta-se, portanto, a possibilidade de leitura da educação inclusiva à luz da teoria psicanalítica, ao se pensar o ideal de igualdade das políticas de inclusão social - tais como os discursos advindos da *educação para todos* - como tendo efeitos subjetivos danosos. Assim, a inclusão não é e não pode ser para todos, pois só o estudo de cada caso dirá para quem e de que forma a escola será produtiva.

REFERÊNCIAS

- COUTINHO, A.; AVERSA, P.. Sobre a experimentação da loucura no campo escolar. In: COLI, F.; KUPFER, M. (Org.). **Travessias inclusão escolar**: a experiência do grupo ponte – pré-escola terapêutica lugar de vida. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2005.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: Deleuze, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DUFOUR, D. **A arte de reduzir cabeças**: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder** (1979). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** (1975). Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- KUPFER, M.. Inclusão escolar: a igualdade e a diferença vistas pela psicanálise. In: COLI, F.; KUPFER, M. (Org.). **Travessias inclusão escolar**: a experiência do grupo ponte – pré-escola terapêutica lugar de vida. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2005.
- LAPLANE, A. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- LEBRUN, J. **A perversão comum**: viver juntos sem outro. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- LEBRUN, J. **Um mundo sem limite**: ensaio para uma clínica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- NABUCO, M. Práticas institucionais e inclusão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 63-74, 2010.
- SOUSA, L. O sujeito (a)sujeitado: reflexões sobre o discurso médico a partir de um olhar psicanalítico. In: II CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PSICANÁLISE SOBRE VIOLÊNCIA, CULPA E ATO, 2009, Fortaleza. **Anais As intermitências do poder, da morte e da biopolítica moderna**. Fortaleza, 2009, v.2, n. 1.
- VEIGA-NETO, A. **Foucault & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- VOLTOLINI, R. A inclusão é não toda. In: COLI, F.; KUPFER, M. (Org.). **Travessias inclusão escolar**: a experiência do grupo ponte – pré-escola terapêutica lugar de vida. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2005.
- VOLTOLINI, R. O discurso do capitalista, a psicanálise e a educação. In: ARAÚJO, N.; AIRES, S.; VERAS, V. (Org.). **Linguagem e Gozo**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.